



PRODUTO DO CO-LABORATÓRIO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA REALIZADO EM TELA, HONDURAS | 24-26 DE JUNHO DE 2024

Mecanismos recentes na Ibero-América para impulsionar projetos de Cooperação Triangular (CT)

Última atualização:
setembro de 2024

Desde 2020, diversos países ibero-americanos têm reavaliado suas estratégias de Cooperação Triangular (CT), estabelecendo parcerias com outras nações para criar mecanismos financeiros de apoio a projetos nessa modalidade. Exemplos disso incluem os fundos de CT entre Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Costa Rica e Uruguai com a União Europeia (UE); a colaboração entre Portugal e a Secretária-geral Ibero-Americana (SEGIB) para CT entre Ibero-América e países africanos; bem como a renovação do programa espanhol de CT.

Durante o Co-laboratório para o Fortalecimento da CT na Ibero-América, realizado em Tela, Honduras, representantes dos países membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) compartilharam experiências na criação e operação de mecanismos de financiamento para projetos de CT. Por meio de uma conversa guiada, foram explorados os passos necessários para desenhar e implementar esses mecanismos, além dos desafios e lições aprendidas.

Na sessão, os participantes debateram a partir das seguintes perguntas orientadoras:

- O que motivou a criação ou redesenho do mecanismo?
- O que mudou na organização para preparar o lançamento do mecanismo?
- Quais acordos foram necessários com os parceiros (organismos ou países)?
- Quais obstáculos foram superados no processo?
- O que gostariam de ter sabido antes de lançar o mecanismo? Quais perguntas surgiram durante a convocatória?

O intercâmbio de experiências no Co-laboratório resultou na criação de uma tabela comparativa que destaca sete mecanismos recentes de Cooperação Triangular na Ibero-América. Cada mecanismo oferece abordagens e soluções distintas para enfrentar desafios centrais, como a transferência de recursos, a gestão de parcerias com financiadores e a seleção de propostas. Esses mecanismos incluem tanto convocatórias abertas quanto processos bilaterais fechados, cada qual com suas próprias vantagens e desafios.

Alguns dos principais aprendizados dessa sessão foram:

Duração limitada das convocatórias:

Algumas convocatórias ficam abertas por um período muito curto, dificultando a identificação de parceiros e oportunidades de projetos, a elaboração de propostas sólidas e a confirmação de compromissos institucionais.

Uso de canais oficiais

O uso de canais oficiais (agências e instituições gestoras de cooperação) para enviar as propostas é visto por atores governamentais como uma vantagem. As agências podem apoiar o desenvolvimento das propostas e fortalecer o compromisso institucional. Além disso, utilizar esses canais facilita o registro de informações em sistemas nacionais e, conseqüentemente, no SIDICSS. No entanto, o uso obrigatório desses canais também pode gerar debates sobre o acesso de outros participantes. Isso é especialmente válido para atores não governamentais ou menos conectados às instituições coordenadoras da cooperação.



Transferência de recursos para implementadores:

A transferência de recursos para outros atores atuarem como implementadores oferece vantagens e desvantagens, que variam desde a possibilidade de usar a rede de escritórios de organismos internacionais ou agências bilaterais até o aumento de custos administrativos ou a dependência de terceiros para executar os projetos.

Capacidades institucionais regionais:

Os países da região possuem conhecimento e vasta experiência na gestão de recursos de cooperação, que podem ser compartilhados para fortalecer as capacidades institucionais na CT. Por exemplo, o Chile estabeleceu processos para gerenciar seus próprios recursos e de terceiros por meio da Agência, sem a necessidade de um intermediário. Já a Colômbia transferiu seus recursos para a GIZ, que atua como agência implementadora do mecanismo tripartido com a UE e a Alemanha.

Tempos de resposta institucionais:

Os prazos de resposta e as formalidades institucionais, como a emissão de cartas de compromisso por certas instituições, podem ser longos. Isso pode causar atrasos no início oficial da implementação, reduzir a duração dos projetos, comprometer os resultados esperados e gerar custos administrativos adicionais caso a execução ultrapasse o prazo previsto.

Apoio técnico e ferramentas:

A disponibilidade de ferramentas de apoio e acompanhamento técnico para o desenvolvimento de iniciativas é altamente valorizada.

Prestação de contas:

Cada ator presta contas de maneira diferente sobre os conceitos que podem ser considerados como contribuições de contrapartida, especialmente no caso de contribuições não monetárias.

Gestão de expectativas:

O gerenciamento das expectativas por parte dos administradores dos mecanismos pode mitigar o desgaste dos participantes. Além disso, há interesse entre os países da região em capitalizar o banco de propostas gerado por uma convocatória.

Esses aprendizados se refletiram em dois exercícios no contexto do MAIS QUE TRÊS: uma reflexão conjunta entre os países membros do PIFCSS e a Alemanha sobre boas práticas, lições aprendidas e desafios potenciais do Fundo Regional para a CT com parceiros da América Latina e Caribe, com vistas à sua programação para 2025–2029, e uma pesquisa de feedback sobre a experiência dos países da região com o novo programa de CT lançado pela Espanha.

A discussão sobre o desenho e a implementação de mecanismos de financiamento para a CT também forneceu elementos importantes para a criação de um inventário de perguntas ou decisões que devem ser consideradas quando algum ator pretender impulsionar ou repensar seus mecanismos de financiamento para projetos de CT.



Características dos mecanismos recentes de apoio a projetos de CT na América Latina

	 Espanha	 Fundo de CT Portugal-ALC-África	 Fundo Conjunto de CT Chile - UE	 Instrumento de CT (trilateral) Brasil-UE-Alemanha	 Mecanismo tripartite de CT Colômbia - UE - Alemanha	 Fondo de CT UE - Costa Rica - ALC
Duração		2 anos	4 anos	3 anos	3 anos e 6 meses	3 anos
Instrumento facilitador	Novo Programa de Cooperação Triangular para América Latina e o Caribe	Memorando de entendimento para a criação do Fundo	Acordo de Subvenção entre a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) e a Direção-Geral de Parcerias Internacionais (INIPA), semelhante ao que foi firmado para o Fundo Bilateral para o Desenvolvimento em Transição.	Memorando de entendimento	Acordo de Subvenção Colômbia - GIZ. A UE assina acordo espelho. Não há acordo entre as 3 partes.	Memorando de entendimento entre Costa Rica e a UE
Entidade que administra recursos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que conta com unidade de gestão para o programa	SEGIB	Chile, via AGCID, administra os fundos.	Cada ator administra seus próprios recursos. Brasil via Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); UE e Alemanha via GIZ.	UE e Colômbia canalizam os recursos para a GIZ para administração.	AECID canaliza os recursos via Fundação da Universidade da Costa Rica
Instrumento financeiro	Não há transferência de fundos; as contratações e pagamentos são feitos pela unidade de gestão	Memorando de Cooperação com a SEGIB	A AGCID solicita ao Ministério da Fazenda autorização para receber fundos internacionais e abre contas vinculadas ao Fundo. Para o aporte nacional, também é necessário solicitar ao Ministério da Fazenda caso o aporte não possa ser coberto exclusivamente por fundos da AGCID.	Mecanismo de colaboração com o PNUD para execução ágil de recursos pelo Brasil	Acordo de contribuição para a transferência de recursos do Fundo de Cooperação e Assistência Internacional da Colômbia (FOCAI) para a GIZ (tipo acordo de subvenção)	Subvenção ao Governo da Costa Rica, administrada pela AECID e uma fundação para administração do recurso.
Aportes financeiros totais	Não está predefinido; prevê-se que sejam sucessivas contribuições anuais	1 milhão de euros de Portugal	500.000 euros de cada sócio (1 milhão no total)	1.000.000 euros de cada sócio (3 milhões no total)	750.000 euros de cada sócio (2,25 milhões no total)	1.200.000 euros da UE (1,5 milhão no total)
Corpo de tomada de decisões		Comitê técnico de avaliação	Comitê executivo técnico	Comitê de coordenação conjunta	Comitê diretivo (cada sócio com 1 representante oficial com voz e voto)	Comitê diretivo e Comitê técnico tripartite



Temáticas	Estão alinhadas às linhas de trabalho prioritizadas nos Marcos de Associação País, nos Acordos de Cooperação Avançada ou nas Comissões Mistas entre os países parceiros da aliança. Prioriza propostas multiatores e multiníveis.	Educação, saúde, igualdade de gênero, cultura, mudança climática, segurança alimentar, coesão social, transformação digital e educação para o desenvolvimento. Duas categorias: geração e disseminação de conhecimento; formação, capacitação ou treinamento	Energias renováveis (certificação de hidrogênio verde), digitalização, estrada de dados satelitais.	Todas as áreas temáticas (sem restrições) e deve estar orientada às agendas nacionais e globais de desenvolvimento (Agenda 2030).	Todas as áreas temáticas (sem restrições) e deve estar orientada às agendas globais de desenvolvimento (Agenda 2030). Dá-se prioridade às iniciativas alinhadas com as agendas prioritárias de cada sócio.	Transição ecológica, recuperação verde e descarbonização; digitalização e inovação; outros âmbitos que contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (migração, gênero e igualdade, cultura e desenvolvimento, saúde, justiça etc.)
Atores/ entidades que podem participar	Proponentes: instituições públicas que submetem propostas por meio das Agências ou Direções de Cooperação. Outras instituições públicas, sociedade civil, academia e/ou setor privado também podem participar como entidades envolvidas.	Entidades públicas e privadas de Portugal e América Latina, incluindo parceiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do restante da comunidade ibero-americana	Aberto à participação de diversos atores de cooperação, entre eles universidades e sociedade civil.	Instituições públicas em geral	Ênfase em projetos que fomentem alianças multiatores com entidades públicas do nível nacional e territorial, setor privado, entidades filantrópicas, sociedade civil e academia	Academia, OSC, setor público, setor privado.
Mecanismo para seleção de projetos	<p><u>Convocação</u> Cada Agência ou Direção de Cooperação pode apresentar no máximo três propostas aos Escritórios de Cooperação Espanhola (OCE).</p> <p>35 propostas recebidas, 24 selecionadas</p>	<p><u>Convocação</u> (aberta por 2 meses):</p> <p>340 propostas, 6 selecionadas</p>	Identificação de oportunidades a partir de temas definidos. <p>2 projetos aprovados, próximos a iniciar execução</p>	<p><u>Convocação</u> (aberta por 2 meses):</p> <p>25 recebidas, 4 selecionadas (30% com deficiências técnicas), 3 em execução</p>	<p><u>Convocação</u> (aberta por 1,5 mês):</p> <p>2 convocações realizadas: 2022: 12 propostas recebidas; 3 selecionadas 2023: 106 propostas; (72 com cartas de apoio político); 3 selecionadas</p>	<p><u>Convocação</u> (aberta por 1 mês):</p> <p>66 propostas recebidas, 44 passaram para a segunda etapa</p>
Valor máx. por projeto financiado	Espera-se programações em torno de 100.000 euros, com um máximo de 150.000 euros, se justificado.	Entre 50.000 e 200.000 euros por projeto, equivalente a 85% do total	Não existe um valor máximo por projeto. O orçamento do Fundo é distribuído entre ambos os projetos e inclui gastos operativos/bancários do Fundo.	750.000 euros por projeto; espera-se uma contribuição substancial não monetária do sócio solicitante	750.000 euros por projeto; espera-se contribuição substancial do sócio solicitante	Máximo de 75.000 euros. A contrapartida deve representar pelo menos 25% do total.
Orientações para a apresentação de projetos	Convocação com bases, guia metodológica com formatos anexos, vídeo, apoio do OCE, Ferramentas INTERCOONECTA , Programa de Cooperação Triangular - aecid.es	Convocação sem formato específico; 600 perguntas por e-mail sobre a convocação	Formatos da AGCID para apresentação e formatos prévios trabalhados com a UE	Resumo de convocação, formato da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Formato de apresentação de projeto do Fundo Regional da GIZ ajustado aos requisitos do Mecanismo Tripartite	Formato de apresentação de projetos do próprio fundo



Apoio institucional	As propostas são canalizadas pelas Agências ou Direções de Cooperação.	Carta de cada uma das entidades participantes afirmando sua concordância com a proposta.	Como não opera via convocação, não é um pré-requisito, mas é construído conforme avança a identificação e desenho de projetos.	A proposta final deve ser apoiada pelas instâncias políticas de cooperação dos respectivos sócios.	As propostas de projetos devem contar com o apoio das instâncias políticas dos respectivos sócios e carta de compromisso das instituições técnicas.	Os apoios são dados pelas instituições participantes no Comitê Técnico e no Comitê Diretivo, que são os gestores da cooperação.
Principais realizações	Reflexão sobre a experiência anterior em CT para a elaboração do novo Programa de Cooperação Avançada e Horizontal. Impulso à metodologia de inovação baseada no Programa INTERCOONECTA. Ferramentas úteis para a submissão de propostas.	Confirmação do interesse e das oportunidades para fortalecer a cooperação inter-regional entre ALC e África. Criação de um banco de propostas de projetos de cooperação inter-regional.	Administração integral dos recursos pela AGCID. Único país na região com essa capacidade.	Oportunidade para o Brasil estreitar a colaboração com os países da Comunidade do Caribe. Intercâmbio de experiências e aprendizado entre pares. Abordagem de temas atuais e não convencionais de cooperação técnica.	Acordo de transferência de anualidades para a GIZ (250.000 euros no início de cada ano). Primeira vez que um país da ALC transfere recursos para a GIZ para operar projetos. Contribuições iguais entre Colômbia, UE e GIZ.	Manual de comunicação e visibilidade. Participação ampla de todos os setores e de diversos países da UE nas parcerias.
Principais desafios	Duração do período de convocação. Necessidade de confirmar o comprometimento dos parceiros. Testar a abordagem de co-criação para o desenvolvimento de programações junto à rede de atores da cooperação espanhola (OCE, Centros de Formação da Cooperação Espanhola etc.).	Alto custo de gestão da convocação: expectativas acima do financiamento disponível. Desgaste dos proponentes e dispersão de esforços. Necessidade de equilibrar a flexibilidade do mecanismo com a padronização dos formatos e a clareza das orientações. Coordenação entre diferentes áreas dentro das instituições.	Identificação e formulação de projetos. Prestação de contas para a UE, especialmente em relação às contribuições das instituições (por exemplo, custos fixos não são aceitos; contribuições valorizadas quando aplicável).	Tempo investido nas formalidades para iniciar o projeto. Caso os projetos não passem pela avaliação das agências de cooperação, eles não são considerados como cooperação oficial.	Ainda não foi definida uma metodologia para que os atores dos projetos prestem contas de contribuições em espécie de forma harmonizada. É necessária uma comunicação clara sobre os requisitos (cartas de compromisso). Gestão das expectativas relacionadas à convocação, considerando muitas solicitações para	Identificar capacidades, por exemplo, via catálogo para construir alianças com os países da UE.
	O papel das agências de cooperação como filtro ou centralizadoras de propostas gera debate.			Não há certeza quanto aos prazos de execução. O início dos projetos demora 1 ano, restando apenas 1 ano para execução, enquanto a convocação convida para propostas de projetos com duração de 2 anos. Existem diferentes interpretações sobre a data de início para os parceiros do fundo e o período de execução (a GIZ precisa continuar pagando a taxa administrativa caso o projeto se estenda).		

